

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE FILOSOFIA**

**ANDERSON RAFAEL SILVA**

**UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM ROUSSEAU**

**SÃO LUÍS**

**2013**

**ANDERSON RAFAEL SILVA**

**UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM ROUSSEAU**

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências  
para obtenção do título de Licenciatura em  
Filosofia da UFMA.

Orientador: Luciano da Silva Façanha

**SÃO LUÍS**

**2013**

Silva, Anderson Rafael

Uma Filosofia da História em Rousseau / Anderson Rafael  
Silva, 2013.

51f.

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientador: Luciano da Silva Façanha.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do  
Maranhão, Curso de Filosofia, 2013.

1. Filosofia da História. 2. Rousseau. 3. Estado de Natureza.

4. Perfectibilidade. I. Título

CDU 130 - 2

**ANDERSON RAFAEL SILVA**

**UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM ROUSSEAU**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título Licenciado em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof.º Dr.º Luciano da Silva Façanha (Orientador)

---

Prof.ª Dr.ª Rita de Cassia Oliveira

---

Prof.º Ms Maria do Socorro Gonçalves da Costa

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de primeiramente agradecer ao professor Luciano da Silva Façanha, pelo comportamento (paciência) e pelo auxílio cognitivo, em relação à formação do assunto deste trabalho. Visto que devido a certas circunstâncias, estive ausente por um certo período, em razão de obstáculos físicos e econômicos. Também agradecer aos caríssimos e companheiros amigos: Bergson, Rodolfo, Giovane, Milton, Iquately, Jane, Francisco Chagas, Leonardo, Antonielly, Paulo, Aline, Samara, Polyana, João Valentim, Bruno, Elson, Glória, Talia, Fernando, Marcos Paulo, José(Bob), Carolina, Juliene, à minha “tia-mãe” Edmar, à minha tia Iramar, além dos profesoress: Almir, Zilmara, Socorro Gonçalves, William e Rita de Cássia pela contribuição para a minha formação como educador, competências cognitivas, sensibilidade, solidariedade durante meu percurso de estudante de Filosofia, enfim obrigado por existirem e contribuírem para a busca da minha identidade como estudante e educador.

**RESUMO:** O iluminismo, em linha geral, fora um movimento intelectual do século XVIII caracterizado pela valorização da razão humana, esta capaz de explicar as realidades no campo natural, moral, político e jurídico. Reconhece-se o sentido da História enquanto um espaço dotado de inteligibilidade, que elaboraria um caminho para uma nova sociedade capaz de dá ao homem sua verdadeira felicidade, crença na perfectibilidade e progresso enquanto condições necessárias para o sucesso da humanidade. Em contrapartida, Rousseau dará a História um sentido de desenvolvimento do mal pela sociedade, onde o progresso não permitiria ao homem a verdadeira liberdade, mas sim uma alteração em sua humanidade que o afastaria de sua origem (o estado de natureza) e formaria uma trajetória marcada pela corrupção moral, política e econômica. Visão da sociedade, cuja estrutura global (propriedade, magistratura e despotismo) constitui os passos da humanidade em sua evolução intelectual, social, política e econômica e que determinariam as causas das quais procede à degradação moral e a desigualdade. Processo de decadência que uma vez desencadeado, não poderá ser revertido, impossibilitando qualquer ideia de retorno. É nesse sentido que o filósofo procura reconstruir racionalmente a história, utilizando os fatos apenas para estabelecer leis e princípios gerais sobre as sociedades humanas, sendo possível se fazer julgamento da história. É neste método, que ao procurar dar explicações racionais dos fatos, que se encontra a filosofia da história em Rousseau. Fundamentada pela categoria da antropologia que adquire uma feição de uma filosofia da história inspirada nos pressupostos epistemológicos da ciência do direito natural, colocando o homem como ser dotado de capacidade de aperfeiçoar-se (linguagem, razão e amor-próprio) e que, portanto, capaz de ser criador do seu próprio mundo.

**Palavras chaves:** Estado de Natureza, Perfectibilidade , Filosofia da História

**ABSTRACT:** The Enlightenment in general line without an intellectual movement of the eighteenth century characterized by valuing human reason , this can explain the realities in the field natural , moral , political and legal . It recognizes the sense of history as a space endowed with intelligibility that it would establish a path to a new company able to give man a true happiness , belief in the perfectibility and progress as necessary to the success of mankind conditions . In contrast , Rousseau will give a sense of history of evil by society development , where progress would not allow the man to true freedom , but rather a change in his humanity estranged from their source ( the state of nature ) and form a trajectory marked by the moral , political and economic corruption . Vision of society , whose overall structure ( property, judiciary and despotism ) is the steps of humanity in their intellectual , social , political and economic developments and determine the causes of which proceeds to moral degradation and inequality . Process of decay that a triggered time can not be reversed , precluding any idea of return. It is in this sense that the philosopher seeks to rationally reconstruct the story , using facts only to establish general laws and principles on human societies , it is possible to make the judgment of history . In this method , we seek to give a rational explanation of the facts , which is the philosophy of history in Rousseau . Grounded by the category of anthropology that gains features of a philosophy of history inspired by the epistemological assumptions of science of natural law , placing man as endowed with ability to perfect itself ( language, reason and self-love ) and, therefore , able to be the creator of your own world .

**KEYWORDS:** State of Nature, Perfectibility, Philosophy of History

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. A FUNÇÃO DO ESTADO DE NATUREZA .....</b>	<b>18</b>
<b>3. O ESTADO NATURAL E A SUA RELAÇÃO COM O SENTIDO DA HISTÓRIA EM ROUSSEAU .....</b>	<b>23</b>
<b>4. A CORRUPÇÃO DOS VALORES DO ESTADO PRIMITIVO .....</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>51</b>



## INTRODUÇÃO

O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), teve como âmbito, em relação ao seu percurso intelectual e moral, o chamado Iluminismo. Isto é, diante de qualquer tentativa de interpretar seus textos ou obras de doutrina (*Discurso sobre as ciências e as artes* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*), tem-se como necessidade, ressaltar em qual contexto o autor e as suas obras estão inseridas, visto que compreender o quadro no qual estas obras foram elaboradas, enquanto objetos de análise, é fundamental para oportunizar determinadas questões, principalmente no que se refere ao seu caráter histórico.

O Iluminismo consiste em um movimento intelectual do pensamento ocorrido na Europa do século XVIII – “conhecido como século das luzes”-, por se tratar de um período na história do espírito europeu, onde a política, o direito, a literatura e a sociedade passaram a ser “iluminadas”, ou seja, pensadas pelo viés de uma Razão, cuja capacidade de autoconsciência, possibilitava-a ser a única capaz de compreender, explicar e determinar a natureza humana em toda sua realidade. O Iluminismo é, portanto, caracterizado por uma confiança ilimitada na razão humana, considerada capaz de proporcionar ao homem sua liberdade e “maioridade<sup>1</sup>”, porquanto sujeito de seu próprio destino.

O que o movimento pregava, era a ideia da luz e da claridade, isto é, da razão, em detrimento às trevas, à ignorância que predominava tradicionalmente, por intermédio da Igreja e da instituição absolutista (monarquia). Este movimento, também conhecido como ilustração, tinha como pressuposto de que todos os homens, em essência, possuem uma luz natural ou uma consciência individual capaz de conhecer a realidade, independentemente de qualquer “outorgação” divina, “revelação”, ou forma de “autoridade”, a não ser por jugo da própria razão, critério ou norma única da verdade que era posta em prática através da filosofia e

---

<sup>1</sup> .Essa maioridade consiste no conceito extraído do texto: *Resposta a Pergunta: Que é “Esclarecimento”?* de Imanuel Kant, de 1783, cujo sentido corresponde a capacidade do ser humano de fazer uso de seu intelecto ou pensamento, sem precisar da orientação de outro indivíduo. Diz Kant: Esclarecimento “*Aufklärung*” é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento, sem direção de outro indivíduo. O homem é o culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso do teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento “*Aufklärung*”. KANT, I. *Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento”?* Tradução: Floriano de Sousa Fernandes. Textos Seletos. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 100.

principalmente da ciência, pois a razão já não é mais definida como um conjunto de ideias inerente ao homem, oriunda da essência absoluta do existente, mas concebida e percebida através da prática, isto é, do que é capaz de fazer e produzir. Sendo assim, fica bem claro o caráter pedagógico do movimento e seu repúdio e crítica a qualquer doutrina, seja ela do Estado, da sociedade ou da própria religião, baseada em uma origem divina, assim como todo movimento de natureza instintiva ou fantasiosa. Sobre isso, Battista Modin nos diz que “a razão no iluminismo impera em todos os campos, tanto no cognitivo como no volitivo, tanto no direito como na arte, tanto na ética como na religião. Ela suprime a fantasia, considera em oposição inferior os afetos e os movimentos instintivos, repudia a tradição e opõe-se a qualquer forma de autoridade”<sup>2</sup>.

Portanto, deve-se caracterizar o século XVIII como uma época da história do espírito humano na qual se produz uma valorização da razão, em oposição às outras faculdades do homem, razão que se afirma e se desenvolve não somente no campo científico-natural, como também no campo da moral, da política e do jurídico. Em virtude disso, nada terá validade sem antes passar pelo tribunal da Razão e justificar-se diante de sua jurisdição, ou seja, lei suprema de toda a natureza, que se transforma em juiz onisciente de todas as realidades naturais, sociais e históricas. Constituindo-se um pensamento essencialmente laico e progressivo, otimista por princípio e modelo paradigmático da verdade única e indiscutível. Dado esse caracteres mais gerais do iluminismo, é relevante acrescentar as posições do movimento em relação às questões de direito e do Estado. No campo jurídico, o Direito é concebido, a partir da própria natureza do indivíduo, tornando a justiça perfeita para todos, uma vez que sua razão o torna capaz de formar todas as virtudes. E no campo político, o Estado assume compromisso, dentro de uma nova perspectiva de direito, com a esfera da liberdade individual. Como observa o Professor Luciano Façanha:

Este século definiu, também, uma nova fórmula do Direito Natural e do Estado. O novo Direito natural passa a levantar-se precisamente sobre a base dos direitos originários e naturais do indivíduo. As ideias de Estado e liberdade individuais fundem-se uma na outra, e essa fusão opera-se justamente dentro de uma nova ideia de lei e de direito. (FAÇANHA, 2006, pág. 47)

---

<sup>2</sup> MODIN, Battista. Curso de filosofia. Tradução: Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1981. p. 155.

O Iluminismo, embora tivesse características próprias em cada um dos países do continente no qual fora gerado - implicando em uma realidade histórica distante de ser um processo homogêneo -, preservara, enquanto um movimento intelectual, a certeza quanto à racionalidade imanente ao homem e ao mundo. Isto é, torna-se um princípio universal que a tudo governa e submete, sendo assim apta a explicar tanto o mundo da natureza, quanto o mundo das instituições sociais, ou seja, conhecer as leis que governam o mundo material e as próprias sociedades criadas pelo homem. E é justamente essa consciência racional de auto-regulação, que possibilitará ao homem adotar um ponto de vista caracterizado pela sua dominação sobre o mundo natural, de ser criador do seu próprio destino, expressando sua autêntica autonomização que condicionará um sentido de *devir histórico*, constituído de inteligibilidade perfectível – o chamado *progresso*. Por ser uma ideia admitida dentro de uma perspectiva de desenvolvimento temporal, o progresso corresponde a um processo, oriundo de uma consciência capaz de perceber o sentido de movimento de mudança, realizado exclusivamente pela ação humana no mundo de modo eficaz. Porquanto, uma razão histórica que implica na afirmação da ordem cultural do homem, dissociação e extirpação de um “estado de trevas” gerador de egoísmo, injustiças, misérias e violência, exaltando uma esperança, fundamentada no desenvolvimento das ciências e das artes, que buscava aniquilar toda forma de sofrimento do homem na terra.

Pode-se caracterizar o século XVIII, em que pese seus traços gerais, como um período marcado por uma diversidade de ideias, com tendências contrárias que ora ressaltavam uma vitória da Razão sobre a ignorância, a saída do homem da obscuridade, esperança na natureza humana sob o amparo da Razão que proporcionaria um progresso, onde culminaria com o aperfeiçoamento real do homem e conseqüentemente sua felicidade, ora denunciavam essas concepções e criticavam seus caracteres assaz otimistas. É dentro deste cenário do Iluminismo, a partir da visão do curso da história à luz da ideia de progresso, que o filósofo Jean-Jacques Rousseau operar-se-á um pensamento na contramão de um espírito otimista, elaborado por seus contemporâneos iluministas<sup>3</sup>, - espírito formado por uma autoconsciência caracterizada por uma superioridade intelectual, em relação a toda forma de interiorização

---

<sup>3</sup> Em se tratando do filósofo Rousseau, entende-se que o pensador não seria contra a essência iluminista, ao lado de Voltaire, Condorcet, Diderot e d’Alembert teria partilhado certos valores e ideário. Pois sua influência para o Iluminismo se deveu, principalmente à contribuição do filósofo para a Enciclopédia, no verbete Economia Política.

humana -, segundo Rousseau é justamente essa interiorização, contestada por certos iluministas, o caminho mais provável para uma mudança radical, seja no campo social ou cultural. Uma vez que essas mudanças do mundo, regidas por um modelo de racionalidade, onde por intermédio das ciências e das artes, que se julga capaz de dar ao homem sua verdadeira liberdade e felicidade, nada mais é para Rousseau, como Starobinski, na sua obra *A transparência e o obstáculo*, observa com razão “um cenário mentiroso, belo efeito de retórica<sup>4</sup>”, discursos que tornam os enciclopedistas muito mais sofistas do que filósofos, porque as ciências e as artes não contribuíram para a liberdade e felicidade do homem, mas o afastaram da sua origem, esvaziando-o de sua verdadeira natureza, visto que as ciências, as letras e as artes são filhas do vício (superstição, orgulho, lisonja) e, portanto, geram vícios, contribuindo para a corrupção dos nossos costumes, sufocando o sentimento da liberdade original e sua virtude, tornando-o fraco, mole e covarde. Citando Rousseau:

(...) um habitante de certas paragens longínquas, que procurasse formar uma idéia dos costumes europeus tomando por base o estado das ciências entre nós, a perfeição de nossas artes, a decência de nossos espetáculos, a polidez de nossas maneiras, a afabilidade de nossos discursos, as nossas demonstrações perpétuas de benevolência, (...) e de todos os estados que parecem ávidos, desde a aurora até o deitar do sol, de se obsequiarem reciprocamente, descobriria a respeito de nossos costumes exatamente o contrário do que são. (ROUSSEAU, 1973, pág. 345).

Na obra *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, podemos ler:

Oh Fabrício! Que pensaria vossa grande alma, se, voltando à vida, para vossa infelicidade, vísseis a face pomposa dessa Roma salva por vosso braço e que vosso nome respeitável ilustrou mais do que todas as suas conquistas? ‘Deuses!’ – tereis dito – ‘em que se transformaram esses tetos de choupanas e esses lares rústicos nos quais outrora habitavam a moderação e a

---

<sup>4</sup> STAROBINSKI, Jean. *A transparência e o obstáculo: seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo. Tradução: Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras, 1991. p. 15.

virtude? Que esplendor funesto é esse, que sucedeu à simplicidade romana? Que língua estranha é essa?...Vós, senhores das nações, vós vos tornastes os escravos desses homens frívolos que vencestes! São os retóricos que vos governam! (ROUSSEAU, 1973, pág. 349).

Evidencia-se, então, que Rousseau buscará uma nova interpretação política, estética e moral, influenciado pela virtude socrática. Todavia, é importante ressaltar que apesar de sua aparência paradoxal, o pensador não se colocaria contra a razão, sua crítica não se posiciona para o saber propriamente dito, mas para um conhecimento que se caracteriza por uma infertilidade no que se diz respeito a situação de miséria, degradação e exploração em se encontra o homem, realidade que não consiste em um saber crítico-reflexivo, contudo político-ideológico, ou seja, um conhecimento a serviço do poder do *status quo*. Donde o filósofo arquitetará, a partir de um método hipotético-dedutivo, uma trajetória que consistirá na passagem do homem no estado de natureza para as sociedades civilizadas, processo de degeneração, onde segundo Rousseau, terá como norteamento seu “aperfeiçoamento”, como por exemplo, o desenvolvimento da linguagem, resultante de sua perfectibilidade. Neste sentido, marca-se no pensamento do século XVIII uma concepção de história, cuja trajetória do homem, corresponderá muito mais a uma história de decadência do que a de um progresso. Em vista disso - cabe ao filósofo descobrir a consciência que o esclarecerá sobre sua verdadeira natureza - que Jean-Jacques traçará um percurso literário negativo<sup>5</sup> em relação a sua realidade, no que diz respeito a suas causas, origens e expectativas. É desse modo, que a

---

<sup>5</sup> O destaque da vida intelectual de Rousseau, tivera como circunstância, o concurso proposto pela Academia de Dijon, a respeito de saber se o Restabelecimento das Ciências e das Artes teria contribuído para Aprimorar os Costumes. Onde a partir da obra *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, Rousseau elaborará teses, de aparências paradoxais, de extrema hostilidade ao culto do progresso e a embriaguez racional de um modelo físico-matemático, além de uma interna paixão pela civilização antiga. Demais a história para o filósofo tem como propósito, possibilitar ao homem conhecer sua autêntica natureza, por conseguinte boa e divina. Sobre isto, Milton Meira do Nascimento nos diz que Jean-Jacques foi um grande crítico no cenário de seu tempo. Isto é, ao ideário defendido pela maioria dos filósofos do século XVIII a exaltação do progresso das ciências e das artes e a crença de que a difusão do saber viria pôr fim às superstições, aos preconceitos, à ignorância dos povos e tornaria os homens melhores, Rousseau responderia com um certo pessimismo, com desconfiança que desconcertaria o espírito otimista do século (NASCIMENTO, Milton Meira do. Prefácio. In: *Rousseau: A educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990. p. 9). E conforme o professor Luciano Façanha a vida literária de Rousseau começa pelo *Primeiro Discurso*, com sua resposta negativa à Academia de Dijon. Obra intensamente paradoxal e que é notória a tese hostil que levanta ao culto do progresso, sendo que desde o começo essa temática aparece em suas obras. (FAÇANHA, Luciano da Silva. Para ler Rousseau: uma interpretação de sua narrativa confessional por um leitor da posteridade. São Paulo: El - Edições Inteligentes, 2006. p. 111).

história em Rousseau passa a ter um significado, ou seja, quando mostra, a partir de um estado a-histórico, uma trajetória de evolução social, intelectual e política, a formação de uma realidade de desigualdade<sup>6</sup> e de injustiças. Comprometido com sua época e com o futuro, denuncia de modo severo, sua sociedade civil e o próprio indivíduo corrupto, cheios de males e crises, produtor de uma cultura nascida da soberba e da aparência. Segundo observação de Starobinski:

As “falsas luzes” da civilização, longe de iluminar o mundo humano, velam a transparência natural, separam os homens uns dos outros, particularizam os interesses, destroem toda possibilidade de confiança recíproca e substituem a comunicação essencial das almas por um comércio factício e desprovido de sinceridade; assim se constitui uma sociedade em que cada um se isola em seu amor próprio e se protege atrás de uma aparência mentirosa (...) um mundo de opacidade, de mentira, de hipocrisia (STAROBINSKI, 1991, pág.35).

Ora, postular sobre essa natureza é romper com uma tradição, onde a desigualdade natural gerava um direito dos mais fortes sobre os mais fracos. Conforme Rousseau, compreender que a instituição de um poder comum é fundamental para impedir as relações de forças que reinam no estado de natureza, é enganar-se sobre a própria natureza humana, pois “falavam do homem selvagem aprimorando o homem civil”. E criticando esse pressuposto, Jean-Jacques procurará resolver o problema das desigualdades, interrogando-se, não somente sobre seus fundamentos, mais também sobre suas origens. Origens necessárias para livrar de embaraço o que há de natural e de social no ser humano, para compreender as causas da formação das sociedades civis, do Estado e, por conseguinte, das desigualdades, principalmente moral e política.

Portanto, o Iluminismo com seu racionalismo, teve contribuição para uma visão da História como um espaço dotado de inteligibilidade própria<sup>7</sup>, reconhece-se a história como

---

<sup>7</sup> Francisco José Calazans ressalta que a expressão “filosofia da História” criada por Voltaire em 1765, segundo *Gusdorf*, correspondeu ao reconhecimento do sentido da História – a grande contribuição do *Iluminismo*, onde o sentido histórico, ao ser liberto do dogma da Revelação, tornou-se escrava da Razão, fazendo seu destino algo

algo que contém em si seu próprio sentido, caracterizada pela crença no progresso que tem como pressuposto a historicidade da existência humana como realidade autônoma na qual o homem é sujeito do mundo, ou seja, desenvolvimento temporal, marcha da Razão que consiste na saída do homem da animalidade (barbárie) para a civilização. Ideia fundada pela tese da perfectibilidade infinita da espécie humana, constituindo num movimento linear e de caráter otimista. Francisco José Calazans Falcon nos adverte acerca do progresso:

A ideia de progresso manifesta-se inicialmente à época do Renascimento, como consciência de ruptura. Ela irá implicar mais e mais, a partir de então, uma dissociação entre ordem da cultura e a ordem natural, pois implica a negação da repetição cíclica. No século XVIII tal ideia associa-se à consciência do caráter progressivo da civilização...o *progresso* também é uma espécie de fé para os iluministas. (FALCON, 1986, pág. 61)

A partir desse entendimento e tendo em vista o momento histórico em que viveu o filósofo, sua concepção antropológica encadeada rigorosamente entre Natureza e a Sociedade, estado natural e o estado social, e como diz Cassirer Rousseau foi o primeiro pensador que não só questionou esta certeza (o poder básico da razão) como abalou seus próprios fundamentos<sup>8</sup>, desdobra-se as seguintes questões: é possível haver uma filosofia da história em Rousseau? Como no decorrer da história, deu-se o processo pelo qual o homem de início estranho à história, tornou-se “progressivamente” um sujeito histórico-corruptível, ou seja, como se dá essa corrupção do homem pela sociedade?

O primeiro capítulo, *A Função do Estado de Natureza*, enfatiza a importância da ideia “estado de natureza” em Rousseau, como referência para o sentido de civilização como processo de degeneração moral, espaço em que o ser humano transforma a si mesmo em um ser artificial, ignorando suas verdadeiras necessidades, perdendo sua liberdade original e independência, para diante de suas novas necessidades, viver em um estado de igualdade baseada na escravidão, numa situação de desigualdade moral e política. O estado de natureza

---

incerto. Onde as “diversas aventuras das filosofias da história (FALCON, Francisco José Calazans. Iluminismo. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 55).

<sup>8</sup> CASSIRER, Ernst. A questão Jean-Jacques Rousseau. Tradução de Erlon José Pachol. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p.380

tem como função estabelecer um ponto de partida e divisão de momentos que norteará um processo histórico e forma de compreensão da origem do Estado, da sociedade e suas desigualdades. Como observa Starobinski “Rousseau procura fundar um julgamento moral referente à história, de preferência a estabelecer um saber antropológico<sup>9</sup>”.

No segundo capítulo, *O estado natural e a sua relação com o sentido da História em Rousseau*, examinam-se as características do estado natural e sua relação para o sentido da história. A importância de caracterizar o homem no estado natural consiste em mostrar o homem em sua vida atual e futura, cujo destino implica em uma infelicidade anunciada, uma vez que o que caracteriza, em geral, o estado natural é a sua auto-suficiência e integridade com a natureza, onde “a sensação se abre diretamente para o mundo, a ponto de o homem mal saber distinguir-se daquilo que o cerca<sup>10</sup>”. Jean Jacques ao analisar o estado natural enquanto um valor absoluto ético, coloca em jogo o problema da desigualdade tanto em seu aspecto moral quanto político na história - encadeada por uma série de momentos e situações que levarão à saída do homem do estado natural para o estado social, determinando uma trajetória de sentido negativo<sup>11</sup>, pois o homem em razão de sua capacidade de aperfeiçoar-se, caminha de um ponto de origem para um ponto de chegada, constituindo um percurso da história que não corresponde ao progresso das coisas, marcando um processo de corrupção do homem tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista de suas instituições. A propósito escreve Maria das Graças:

Estamos pois diante de uma concepção linear da história, herdada da tradição cristã, mas que afasta dela do ponto de vista da direção do curso dos acontecimentos: os homens caminham sim de um ponto de origem a um ponto de chegada. Mas este percurso não é da salvação, e sim da perdição. (SOUSA, 2001, pág. 75)

---

<sup>9</sup> STAROBINSKI, Jean. A transparência e o obstáculo: seguido de sete ensaios sobre Rousseau. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 36.

<sup>10</sup> STAROBINSKI, Jean. Op. cit., p. 37.

<sup>11</sup> Segundo Maria das Graças de Sousa a análise de declínio em Rousseau integra a noção de progresso e ao mesmo tempo efetua uma avaliação de conteúdo deste conceito, na contra corrente de sua época, donde o sentido negativo. (SOUSA, Maria das Graças de. Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. P. 76-77)



Em vista disso, tem-se a problemática em Rousseau do “porquê” da saída da unidade original, do processo de desnaturação. Surge então a noção de perfectibilidade, fundamento filosófico do Iluminismo, que para Rousseau, como nos diz Maria das Graças será um elemento “fundamental de sua antropologia<sup>12</sup>”, que alicerçará uma visão da sociedade como de uma estrutura global, com sua lei de desenvolvimento progressivo-corruptível e irreversível, reconstrução racional da história que caracterizará o seu método.

E no terceiro capítulo, *A corrupção dos valores primitivos*, ressalta-se as causas que acarretaram a perda dos valores autênticos do homem, sua corrupção, destacando-se o trabalho e a reflexão como condições determinantes para o processo de sua alienação, possibilitando a lei do desenvolvimento da história: propriedade, magistrado e despotismo, e que constituirão os graus da desigualdade, estabelecendo assim a ligação entre o problema da moral com o problema da política.

---

<sup>12</sup>SOUSA, Maria das Graças de. Op. cit., p. 77.

## 2. A FUNÇÃO DO ESTADO DE NATUREZA

A filosofia de Rousseau se caracteriza pela relação entre natureza e sociedade, moral fundada na liberdade e primazia do sentimento sobre a razão. Rousseau desenvolve a antítese fundamental entre a natureza do homem e os acréscimos da civilização. A civilização, que em sumo, é vista como responsável pela degeneração das exigências morais da natureza humana e sua substituição por uma cultura intelectual, de maneira que a uniformidade artificial de comportamento, enlaçada por uma rede de artifícios, por ser um homem perfectível, não cessa de produzir para além de seus dons naturais, ignorando suas necessidades naturais.

A vida do homem, em sua natureza original, seria mais feliz porque ele viveria de acordo com suas necessidades inatas. Estas, que lhe eram suficientes para viver, e que não comprometiam sua liberdade e independência, foram trocadas por uma multidão de novas necessidades que acarretaram ao homem, torna-se escravo de seus semelhantes. Situação que, conforme Rousseau distancia o homem de sua condição feliz em que vivera no estado de natureza, para consolidar um estado presente que têm como características principais, a perda da liberdade natural e a desigualdade moral e política. Desigualdades que não existiam no estado de natureza, senão diferenças que não determinavam os homens a se relacionarem de modo regular, visto que não existia nenhuma lei dessa natureza para um ente livre. Citando Rousseau:

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. (ROUSSEAU, 1973, pág. 241).

Em vista disso, o pensamento de Rousseau se organiza a partir de dois eixos: a-histórico versus o histórico. Pensamento que se estabelece em contraposição a idéia de que a instituição de um poder comum era necessário para impedir ou entravar as forças destrutivas

que norteavam o estado de natureza. Opondo-se a teoria da gênese do Estado, influenciada por Hobbes<sup>13</sup>, Rousseau sente a necessidade de aniquilar a confusão que há de natural e social no homem, frisada por certos filósofos, para compreender de forma clara a origem do Estado, da sociedade e suas desigualdades.

Citando Jean-Jacques:

Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos, a necessidade de voltar até o estado de natureza, mas nenhum deles chegou até lá. Uns não hesitaram em supor, no homem, nesse estado, a noção do justo e do injusto, sem preocuparem-se com mostrar que ele deveria ter noção, nem que ela lhe fosse útil. Outros falaram do direito natural, que cada um tem, de conservar o que lhe pertence, sem explicar o que entendiam por pertencer. Outros dando inicialmente ao mais forte autoridade sobre o mais fraco, logo fizeram nascer o Governo, sem se lembrarem do tempo que deveria decorrer antes que pudesse existir entre os homens o sentido das palavras autoridade e governo. Enfim, todos, falando incessantemente de necessidade, avidez, opressão, desejo e orgulho, transportaram para o estado de natureza idéias que tinham adquirido em sociedade; falavam do homem selvagem e descreviam o homem civil. Não chegou mesmo a surgir, no espírito da maioria dos nossos, a dúvida quanto a ter existido o estado de natureza ... (ROUSSEAU, 1973, pág.242).

Rousseau, ao criticar a modernidade, sobre a concepção do estado de natureza, traz uma problemática da sua existência, que induzirá seu pensamento a conceber o estado de natureza como um estado histórico-ficcional. E quem diz é o próprio Rousseau: “um estado que não existe mais, que talvez jamais tenha existido e que provavelmente não existirá jamais, mas do qual é necessário ter noções justas para julgar bem nosso estado presente<sup>14</sup>”. Conforme Starobinski adverte: “Rousseau interpõe multidões de séculos (...) como saber de um período tão longínquo? A razão não pode deixar de formular dúvidas: o estado de natureza

---

<sup>13</sup> Segundo Rousseau, para Hobbes a liberdade natural seria uma espécie de estado de guerra do homem, em estado natural, no qual o mais forte tenderia a sempre ter vantagem em relação ao mais fraco. Diz Rousseau: “Hobbes pretende que o homem é naturalmente intrépido e não procura senão atacar e combater”. (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 245).

<sup>14</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Prefácio. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 234).

sempre existiu ou, é uma ficção elaborada para reconstruir especulativamente a história a partir de uma origem<sup>15</sup>?”. O estado de natureza, em Rousseau, desvela-se como um postulado especulativo, cujo objetivo é determinar os aspectos corrompidos e inseridos na natureza, demonstrar os elementos característicos do indivíduo transcendente ao estado social. Hipótese que busca distinguir o que é inato e, portanto, necessário no ser humano, e o que é social, histórico. Demonstrando, então, que as desigualdades nada têm de natural e que, portanto, a ideia de instituir um Estado como necessário, é fruto do desconhecimento do homem sobre sua própria natureza. Isto é, ponto de partida de uma história hipotética – dedutiva, como afirma Rousseau: “Não se devem considerar as pesquisas, em que se pode entrar neste assunto, como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais a esclarecer a natureza das coisas<sup>16</sup> (...)”, que apoiada em uma série de causas e efeitos buscará explicar, de modo genético, o mundo tal como se mostra em sua realidade opressora, constituindo-se num ideal normativo, cuja função é interpretar o estado atual da humanidade, separando o que há de original daquilo que há de artificial na natureza do homem. Empreendimento, conforme observa Starobinski, para o filósofo - “não constitui empreendimento trivial”, pois o afastamento é imenso, e a “luz da primeira felicidade pareceu se apagar na distância das eras<sup>17</sup>”.

Diante do problema da autenticidade do estado de natureza, Jean-Jacques, por via de uma racionalidade – hipotética, buscará compreender e descrever a natureza primeira do homem, próximo da animalidade<sup>18</sup> e em si mesmo<sup>19</sup>, ou seja, as condições primeiras e mais

---

<sup>15</sup> STAROBINSKI, Jean. A transparência e o obstáculo: *seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 25).

<sup>16</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 242).

<sup>17</sup> STAROBINSKI, J. Op. cit., p. 25.

<sup>18</sup> Conforme as notas de Paul Arbousse-Bastide sobre o segundo *discurso*, Rousseau, contestando o método dos filósofos que descreveram o homem primitivo como o ser do estado de natureza, utilizou-se do homem selvagem, apenas como forma de verificação de suas hipóteses, e sua psicologia não lhe serviu de base para sua indução científica. (ROUSSEAU, Jean. Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 242).

<sup>19</sup> Para Jean Starobinski a distância histórica não é mais que uma distância interior, visto que para Rousseau o recurso à interioridade atinge a mesma realidade que a exploração do começo dos tempos. Porque o homem da natureza que se buscava na profundidade das eras, seus traços originais, segundo o filósofo, estão presentes na profundidade do próprio eu. O sentimento, ponto chave da filosofia de Rousseau, era o elemento estrutural fundamental para a penetração na essência da alma original e de sua consciência universal, consciência de sua unidade com seus semelhantes e com todos os outros seres. (STAROBINSKI, J. Op. cit., p. 30).

simples operações da alma humana, sua identidade natural ou, condição original, a história autêntica da espécie inteira do homem em geral. A propósito nos diz Rousseau:

A religião nos ordena a crer que, tendo o próprio Deus tirado os homens do estado de natureza logo depois da criação, são eles desiguais por que assim o desejou; ela não nos proíbe, no entanto, de formar conjecturas extraídas unicamente da natureza do homem e dos seres que o circundam, a cerca do que se teria transformado o gênero humano se fora abandonado a si mesmo... Interessando meu assunto ao homem em geral, esforçar-me-ei por empregar uma linguagem que convenha a todas as nações, ou melhor, esquecendo os tempos e os lugares para só pensar nos homens a quem falo (...). (ROUSSEAU, 1973, pág. 242).

Rousseau ao consistir o estado de natureza como ponto de referência para caracterização do estado atual, demonstra conhecer as ideias que afirmavam uma evolução do homem do estado natural para o estado social, e influenciado por um antropocentrismo das “Luzes”, redefinirá a relação entre o homem e Deus, e entre o homem e a Natureza, ao substituí a tradicional concepção de um estado social criado por Deus, por uma visão imanentista ou naturalista, tornando a sociedade obra humana. Contudo sua diferenciação tem como caráter a não afirmação de um caminho ao longo do qual a humanidade progride da selvageria à civilização, uma vez que esta transformação corresponderá a uma trajetória, cuja alma humana e suas instituições constituíram um sentido histórico, onde o ponto de partida é um estado de liberdade original e o ponto de chegada um estado civilizado, na qual os homens se encontram acorrentados a ferros que eles mesmos construíram. Citando-o:

(...) as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhes o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem com que amem sua escravidão e formam assim o que se chama povos policiados. (ROUSSEAU, 1973, pág. 342).

Enfim, Rousseau ao falar do homem no estado natural, muito mais do que uma categoria teórica ou, um período histórico – “enquanto um moralista que busca escrever a história da moral”, diz Starobinski -, por mais paradoxal que seja, tem além de criticar uma realidade sustentada por pilares artísticos e científicos, oriundas de uma dimensão temporal que desfigurara e depravara de modo irremediável sua identidade natural, salvaguardar uma consciência de alma pura para quem sabe possibilitar uma felicidade futura do gênero humano. Nesta perspectiva, cabem as seguintes questões: o que caracteriza esse estado natural? E qual é sua relevância para o sentido da história?

### 3. O ESTADO NATURAL E A SUA RELAÇÃO COM O SENTIDO DA HISTÓRIA EM ROUSSEAU

Jean-Jacques Rousseau, contrariando a pedagogia influenciada pelo progresso da razão - como o único caminho possível no sentido da igualdade -, detalhará no *Segundo Discurso* a “verdadeira natureza do homem”, caracterizada por um conjunto de ensinamentos que objetivam preservar uma “inocência” e a “voz do coração”, ameaçados pelos costumes corrompidos, frutos da sociedade. Diante de uma sociedade, cujo modo de relação era voltado para o desenvolvimento da razão em detrimento dos sentimentos, o filósofo levantará a hipótese do homem no estado natural, conferindo-lhe retrospectivamente uma moral bondosa<sup>20</sup>, valorização do sentimento aquém de toda e qualquer experiência distintiva entre bem e mal. A nostalgia se volta para uma “vida anterior<sup>21</sup>”.

Segundo Starobinski, “Rousseau é em sua época o testemunho mais importante da descoberta da história e da temporalidade<sup>22</sup>...”, e essa regressão temporal é o momento em que a história passa a ter um sentido, mostrando os homens como realmente são, uma história indissociável da moral, onde se possa conhecer a natureza e extrair lições de vida atuais e futura. Deparar com os homens como foram e são, conhecer seus primeiros traços do coração, é colocar o destino em jugo, a história em duas eras, dividi-la em um antes e um depois, num antepassado enaltecido e num estado presente de perdição e de infelicidade anunciada.

O estado natural em Rousseau corresponde a uma condição humana, cuja liberdade se restringe a sua capacidade de escolha, querer e não-querer, determinada por paixões e vontades que constituíam a espiritualidade de sua alma, que formavam desejos

---

<sup>20</sup> Influenciado pela literatura francesa do século XVI, contextualizada pelas grandes descobertas marítimas e geográficas que deram início a idealização dos povos primitivos (o mito do “bom selvagem”), Rousseau terá seu pensamento orientado, enquanto um dever fundamental do homem, para o retorno à natureza, critério supremo de toda bondade e felicidade humana. Como afirma Giovane Reale que no “século XVIII o gosto pelos costumes exóticos e o fascínio por tudo o que parecia estranho à civilização européia se acentuaram e se difundiram” (REALE, Giovane. História da filosofia Moderna: Do humanismo à Kant. São Paulo: Paulus, 1991 p. 761.) e Rousseau afirma no Discurso sobre as ciências o seguinte: “Não se pode refletir sobre os costumes sem se comprazer com a lembrança da imagem da simplicidade dos primeiros tempos. É uma bela praia, ornada unicamente pelas mãos da natureza, para qual com tristeza se sente afastar-se”. (ROUSSEAU, Jean- Jacques. Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 354).

<sup>21</sup> STAROBINSKI, Jean. Transparência e o obstáculo: *seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 23.

<sup>22</sup> STAROBINSKI, J. Op. cit., p. 24.

exclusivamente voltados para suas necessidades físicas, onde os únicos bens que conhecia eram a alimentação, o sexo e o repouso, e os males a dor e a fome. O homem nesse estado, por agir baseado unicamente no seu instinto, possuía o que lhe era suficiente para viver, estabelecendo uma vida de equilíbrio e segurança, pois regido pelo amor de si mesmo e pela repugnância ao sofrimento, vivia tranquilamente sua felicidade. A desigualdade natural ou física não proporcionava nenhum estado de guerra ou direito do mais forte sobre o mais fraco, visto que o homem vivia numa realidade vigente, sem previdência, tampouco curiosidade, pois mal sabia se distinguir daquilo que o cercava, seus sentimentos o abriam para o mundo de tal modo que não existia sujeito e objeto, sua relação com as necessidades não eram intercedidas por qualquer “aperfeiçoamento”, a linguagem era pouco necessária, ou seja, sua alma expressava um sentimento de existência preso ao presente sem nenhuma ideia de futuro, condição atemporal que impossibilitava ou não favorecia um desenvolvimento físico-psíquico, grau de consciência reflexiva de posse, “... o homem que medita é um animal depravado<sup>23</sup>”, conflito entre o fato e o direito, distinção do bem e do mal, isto é, consciência limitada incapaz de fazer qualquer juízo moral, portanto, de fazer o mal. Consciência sensitiva que bastava a si mesma, porquanto, amoral, pois sua verdade consistia em uma experiência pré-reflexiva. Enfim um estado de natureza onde não havia oposição entre o homem e o mundo, tampouco entre os próprios homens, oposição que se tornará possível somente a partir de suas necessidades “relacionais”. Como observa Starobinski:

A culpa da sociedade não é a culpa do homem essencial, mas do homem em relação... O mal, a partir daí, poderá confundir-se com a paixão do homem por aquilo que lhe é exterior, pelo de fora, o prestígio, o parecer, a posse dos bens materiais. O mal é exterior e é a paixão pelo exterior: se o homem se entrega inteiro à sedução dos bens externos, será inteiramente submetido ao império do mal. (STAROBINSKI, 1991, pág. 31).

E na obra *Discurso sobre a desigualdade*, a propósito escreve Rousseau:

---

<sup>23</sup> ROUSSEAU, Jean. *Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens*. Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril, 1973, p. 247.



Concluamos que, errando pelas florestas, sem indústria, sem palavra, sem domicílio, sem guerra e sem ligação, sem qualquer necessidade de seus semelhantes, bem como sem qualquer desejo de prejudicá-los, talvez sem sequer reconhecer alguns indivíduos, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possuía senão os sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver, não fazendo sua inteligência maiores progressos do que vaidade. Se por acaso descobria qualquer coisa, era tanto incapaz de comunicá-la quanto nem mesmo reconhecia os próprios filhos. A arte perecia com o inventor. Então não havia nem educação, nem progresso; as gerações se multiplicavam inutilmente e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, desenrolavam-se os séculos com toda a grosseria das primeiras épocas; a espécie já era velha e o homem continuava sempre criança. (...) devendo destruir antigos erros e preconceitos inveterados, achei que devia pulverizá-los até a raiz e mostrar, no quadro do verdadeiro estado de natureza, como a desigualdade, mesmo natural, está longe de ter nesse estado tanta realidade e influência quanto pretendem nossos escritores. (ROUSSEAU, 1973, pág. 262).

Evidencia-se, então, que Rousseau ao analisar o estado natural tem como diretriz o problema da desigualdade, tanto em seu aspecto natural quanto nos aspectos moral e político. Descreve um estado primitivo, cujo objetivo é demonstrar em que momento a natureza, moral fundada na liberdade, submete-se à lei e a violência, onde o fraco se serve do forte e o homem trocara sua suficiência perfeita por uma “felicidade desarmônica”, ou melhor, por necessidades artificiais. Em vista disso ele sentirá a necessidade de apreender o princípio dessa sociedade civil, determinando uma trajetória do estado a-histórico a uma realidade histórica da sociedade. Encontrar-se-á, então, no curso do tempo, as causas das desigualdades e injustiças; o mal é fruto da história e da sociedade, pois o homem individualmente é incapaz de cultura, sendo o homem em relação, condição fundamental para toda forma de negação da natureza. Em outras palavras, a miséria, as guerras, os males, são substancialmente construídas pela vida em sociedade.

Desse modo, para Rousseau toda diferença presente na atualidade que consiste na fonte de todos os males do ser humano, é convencional, nada tem de natural. As desigualdades a partir de um ponto de vista do estado de natureza, em nada comprometem a condição feliz do homem, contudo são fundamentais para condenar as desigualdades

derivadas de uma estrutura histórico-social que distanciara o homem de sua condição primitiva e atrofiara seus sentimentos mais profundos e originais. Ressalta-se que para Jean-Jacques o devir histórico é mais responsável por uma deformação do que por um progresso qualitativo. Isto é, é no movimento da história que o homem se desfigura; se deprava; se corrompe, uma vez que no estado de natureza não era servo do tempo, não existia a consciência meditativa sobre o passado ou sobre o futuro, o estado original era anterior a toda mudança. Starobinski, ao comentar sobre Rousseau, diz:

*O Discurso sobre a origem da desigualdade é uma história da civilização como progresso da negação do dado natural, progresso ao qual corresponde uma degradação da inocência original. A história das técnicas é exposta em estreita ligação com a história moral da humanidade. Mas, à diferença do esforço filosófico do século XIX, e em contraste com as pretensões positivistas de alguns de seus contemporâneos, Rousseau procura fundar um julgamento moral referente à história, de preferência a estabelecer um saber antropológico. (STAROBINSKI, 1991, pág. 36).*

É justamente esse saber antropológico<sup>24</sup> - toda obra humana ultrapassa e transforma as existências individuais - que servirá de base para Rousseau estabelecer uma nova visão da História. Concepção da história, cujo sentido é marcado pela degeneração e enfraquecimento, uma visão radicalmente pessimista, comum a visão acumulativa negativa, tanto do ponto de vista das transformações pelas quais passa a alma humana, quanto do ponto de vista de suas instituições. Ao refletir sobre os passos da humanidade em sua evolução intelectual, social, política e econômica, Rousseau sentirá a necessidade explicar a saída do homem de sua bem-

---

<sup>24</sup> Segundo Rousseau, a condição para conhecer o homem na sociedade civil corresponde a um autoconhecimento que consiste em saber como “o homem era originalmente, ou seja, como é sua natureza, sendo necessário separá-lo daquilo que lhe fora acrescentado ao longo da história”. (FAÇANHA, Luciano da Silva. Para Ler Rousseau: uma interpretação de sua narrativa confessional por um leitor da posteridade. São Paulo: El – Edições Inteligentes, 2006). Concepção antropológica influenciada pela filosofia socrática, “o conhece-te a ti mesmo”, contudo sua diferença é que para Jean-Jacques, o homem deve ser conduzido pelo sentimento e não pela razão. Diz Rousseau: “o mais sábio dos homens no julgamento dos deuses e o mais sábio dos atenienses na opinião de toda Grécia, Sócrates, fazendo o elogio da ignorância”. (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 348).

aventurada origem, onde o tempo “transcorria” sempre do mesmo ponto, isto é, sem história, para uma nova relação com o tempo, permeado por um progresso corruptível.

É nesse sentido que com objetivo, Rousseau procura reconstruir racionalmente a história humana, ao invés de se basear apenas nos dados geológicos e teológicos<sup>25</sup>, sendo assim possível se fazer julgamento da história, justificando-a ou, condenando-a. Visto que por uma série de causas históricas que se é levada em consideração, encontram-se eventos naturais e faculdades ou potenciais, enquanto um processo de desnaturação, indispensável à ideia de progresso, ou seja, o processo pelo qual o homem de início estranho à história, tornou-se “progressivamente” um sujeito histórico-corruptível.

A problemática acerca da conciliação da bondade natural do homem com sua degradação moral fora solucionada pelo devir histórico e o surgimento da sociedade, produtos das necessidades relacionais, tornando a história um elemento fundamental para apreensão da natureza do homem. Todavia, a concepção antropológica esquematizada pela relação entre o homem e a sociedade, em Rousseau, implicará numa nova problemática que corresponderá à transformação de um estado bondoso e livre para um estado mau, duto e escravo, ou seja, se o homem é bom como pode este, construir um estado de corrupção da alma? Se o homem é bom porque entre suas mãos tudo se degenera? Rousseau enfrentará dessa forma, de maneira significativa, a questão do “aperfeiçoamento”, isto é, do progresso que será integrado à noção de declínio, interposta pela afirmação da evolução psicológica, resultante da oposição entre o homem e o mundo. Donde a necessidade de imaginar a causa que transpôs a condição primordial, e estabeleceu a história. A propósito escreve Rousseau:

(...) é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo (...) sua perfectibilidade faculdade, distintiva e quase ilimitada, a fonte de todos os males do homem; que seja ela que, com o tempo, o tira dessa condição original na qual passaria dias tranquilos e inocentes; que seja ela que, fazendo com que através dos séculos desabrochem suas luzes e erros, seus vícios

---

<sup>25</sup> Visão tradicional, de natureza finalista ou teleológica, baseada por um universo mental caracterizado pela *Revelação Divina*.

e virtudes, o torna com o tempo o tirano de si mesmo e da natureza (ROUSSEAU, 1973, pág. 249).

Neste trecho Rousseau ressalta a noção de perfectibilidade, condição essencial para sua antropologia e elemento imprescindível para sua ideia de progresso. Ideia paradoxal por ter um conteúdo que anunciava no contexto do século XVIII, não o fim da barbárie, mas o início de uma nova barbárie. Consequência de um processo de “aperfeiçoamento”, produzida por uma “faculdade quase ilimitada” que com o auxílio de determinadas circunstâncias ou obstáculos, estabelece uma cultura cuja característica fundamental é a negatividade em relação ao estado de natureza. Este aperfeiçoamento é um processo de desnaturação, exatamente por romper os laços entre o homem e a natureza primordial, dissociando-os por uma rede de artifícios ou novas necessidades fortuitas, por não bastarem a si mesmas, que acarretará de fato uma relação do homem com o tempo (o trabalho), com as coisas (a propriedade) e com os outros (o orgulho). A propósito ressalta Starobinski:

O homem desenvolvendo sucessivamente todos os recursos de sua perfectibilidade, entregou-se à servidão do tempo, à deriva nas grandes águas da história, tornou-se sociável e mau, douto e escravo das aparências enganosas, senhor da natureza à custa de sua própria desnaturação. (STAROBINSKI, 1991, pág. 242).

E sendo o homem perfectível, cabe a Rousseau a função de determinar o transcurso que acarretara as desigualdades e a tornaram a marca da sociedade atual e sua história universal. No *Segundo Discurso*, ele nos diz:

Depois de ter mostrado que a *perfectibilidade*, as virtudes sociais e as outras faculdades que o homem natural recebera potencialmente jamais poderão desenvolver-se por si próprias, pois para isso necessitam do concurso fortuito de inúmeras causas estranhas, que nunca poderiam surgir e sem as quais ele teria permanecido eternamente em sua condição primitiva, resta-me considerar e aproximar os vários acasos que puderam aperfeiçoar a razão humana, deteriorando a espécie, tornar mau um ser ao transformá-lo em ser

social e, partindo de tão longe, trazer enfim o homem e o mundo ao ponto em que conhecemos. (ROUSSEAU, 1973, pág.264).

Dessa forma, Rousseau ao tentar compreender a história dos homens, busca através de uma explicação genealógica, mostrar a partir de uma categoria histórica toda uma série de causas e efeitos, interligados entre si e condicionando uns aos outros, constituindo um percurso que o homem percorre em razão de suas potencialidades. “Ao obstáculo natural se opõe o trabalho; este provoca o nascimento da reflexão, que produz o primeiro movimento de orgulho<sup>26</sup>”. Diante das circunstâncias fortuitas, admite-se que o desenvolvimento do homem é casual, contudo ao ser processada, agirá de acordo com uma lei de desenvolvimento progressiva e irreversível. Dimensão histórica, cujo progresso do espírito humano fornecerá o fio condutor para o sentido da história negativa em Rousseau, crítica de um progresso que tem como causa o próprio humano e como consequência à decrepitude da espécie. Em vista disso o filósofo mostra-se influenciado por uma tradição historiográfica<sup>27</sup> na qual a idéia de aperfeiçoamento corresponde a uma visão da mudança como declínio. Uma teoria do progresso na contramão do Século das luzes<sup>28</sup>, relacionada com a corrupção da alma, e o estabelecimento da sociedade, explicada por razões bem humanas, devido a sua natureza perfectível.

Citando Rousseau:

---

<sup>26</sup> STAROBINSKI, Jean. A transparência e o obstáculo: *seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 39.

<sup>27</sup> Maria das Graças ressalta que conforme Peter Burke, no seu livro *O mundo como teatro*, a visão de mudança como declínio fora tirada de vários aspectos da realidade, como por exemplo, da medicina essa visão esteve relacionada com a idéia de degeneração. E que entre os séculos XV e XVIII a idéia de mudança como declínio era mais comum na historiografia e na literatura do que a idéia de aperfeiçoamento. (SOUSA, Maria das Graças de. *Ilustração e História: pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 76).

<sup>28</sup> Segundo Francisco José Calazans, tanto as filosofias da natureza quanto da cultura conduziram de imediato ou não, às doutrinas evolucionistas e às filosofias da história baseadas na idéia de progresso, admitidas na historicidade da existência humana, como realidade autônoma. E no âmbito cultural Francês, *lumières* (“Luzes”) é ao mesmo tempo uma palavra de ordem e um estado de espírito que expressa a noção de um movimento intelectual e que implica uma filosofia da história. (FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986. p. 13).

Vê-se com facilidade, como o estabelecimento de uma única sociedade tornou indispensável o de todas as outras e como foi preciso se unirem, por sua vez, para enfrentar forças conjuntas. As sociedades, multiplicando-se ou estendendo-se rapidamente, logo cobriram toda a superfície da terra e não mais se pôde encontrar um único ponto do universo em que se conseguisse escapar ao jugo e subtrair-se ao gládio, frequentemente mal dirigido, que cada homem perpetuamente passou a ver suspenso sobre a sua cabeça. (ROUSSEAU, 1973, pág. 276).

É evidente que para Rousseau o mal é fruto da sociedade e da história, pois o homem social, cuja existência já não é mais autônoma, mas relativa e situacional, seus meios se tornam seus fins e escravo das coisas, não se reconhece mais em si mesmo. O progresso determina as desigualdades entre os homens, uma vez que suas faculdades, o distancia da natureza e o transforma no “homem lobo do homem<sup>29</sup>”. O homem tornou-se mal ao tornar-se sociável, condições de seu aperfeiçoamento que fizera nascer o trabalho, a reflexão e conseqüentemente a comparação, o amor-próprio, progressos que levaram o homem e o mundo à situação presente.

Conforme adverte Rousseau o homem “tornando-se sociável e escravo, torna-se fraco, medroso e subserviente e sua maneira de viver, frouxa e afeminada, acaba por debilitar ao mesmo tempo sua força e sua coragem”. Essa ideia denuncia a duplicidade do progresso que ao mesmo tempo em que protege o homem dos fenômenos da natureza e promove mais facilmente sua subsistência através do trabalho, acarreta o enfraquecimento de sua alma, pois passa a experimentar novas paixões que o enfraquece, e de seu físico, tornando-o doentio e dependente, não mais auto-suficiente.

Tendo em vista essa perspectiva de que o homem ao progredir intelectual e tecnicamente, simultaneamente, sofre uma degradação moral que Rousseau, percebe a linguagem como um dos fatores que contribuiu para a corrupção da alma, para as transformações do homem e da sociedade que se estabeleceu por intermédio de uma linguagem possessiva, injusta, constituindo uma evolução psicológica enveredada pelo caminho do amor-próprio. Fatores que se remetem a uma posição contra a concepção da

---

<sup>29</sup> Valei-me desse julgamento, que não corresponde às palavras de Rousseau, mas de Hobbes para estabelecer uma ponte entre os filósofos de forma a chamar atenção da vivaz oposição de Jean-Jacques a essa teoria.

trajetória da história tendo como motor de sua causalidade a Providência Divina, e contra o avanço da cultura e aperfeiçoamento da civilização<sup>30</sup>, pois sendo o homem dotado de uma faculdade de aperfeiçoar-se, de adquirir novas capacidades, torna-se o principal responsável pelos males que sofreu; as desigualdades são produtos de uma história que ele mesmo forjou. A própria natureza passa a ser mediada pela sociedade que se desenvolve por um processo de afastamento dos obstáculos naturais e o homem, contra as suas próprias disposições naturais, faz de si mesmo um ser artificial, afastando-se da felicidade que experimentava no seu tempo primordial. Segundo Jean Starobinski “a linguagem de Rousseau denuncia as alienações do estado social<sup>31</sup>”. E no segundo discurso Rousseau diz o seguinte:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”(ROUSSEAU, 1973, pág. 265).

Assim para Rousseau, a fonte dos males humanos, encontra-se nos fenômenos históricos, na conjuntura dos fatos, como o “direito” de propriedade, a instituição da magistratura e o poder arbitrário (despotismo) que se deram a partir de um processo de desnaturação (A perfectibilidade), processo de “aperfeiçoamento” que fez do homem um ser gradativamente artificial, de paixões fictícias, sem fundamento natural. Desse modo o filósofo concebe uma história seguida pela tríade: trabalho, reflexão e amor-próprio que tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista político, acarretaram transformações que constituíram uma trajetória de decadência e corrupção progressiva. Isto é, uma concepção da história, onde por uma espécie de laicização de matriz cristã<sup>32</sup>, estabelecerá um caminho de

---

<sup>30</sup> Na origem do pensamento iluminista a noção de civilização inserida nas ambigüidades existentes no século XVIII, designa o movimento da humanidade, seja em seus aspectos de polidez ou cortesia, quanto de costumes ou instituição de um povo, na mudança do estado de natureza ao estado político-social.

<sup>31</sup> STAROBINSKI, Jean. A transparência e o obstáculo: seguido de sete ensaios sobre Rousseau. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 40.

<sup>32</sup> Segundo Starobinski, “Rousseau transporta o mito religioso para a própria história; divide-a em duas eras: uma, tempo estável, da inocência, reino tranquilo da pura natureza; a outra, história em devir, atividade culpada, negação da natureza pelo homem”. (STAROBINSKI, Jean. A transparência e o obstáculo: seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo. Tradução: Maria Lúcia Machado. Companhia das letras, 1991. p. 24.).

um ponto de origem a um ponto de chegada, cuja direção do curso dos acontecimentos, se dará de uma condição livre e feliz do homem à condição de miséria e escravidão. Crítica de um progresso na qual seu percurso não corresponde à saída das trevas à luz, da rusticidade à civilização, em direção ao melhor, mas sim um percurso de degeneração, declínio do homem e das suas instituições.

Citando Rousseau:

(...) o homem, de livre e independente que antes era, devido a uma multidão de novas necessidades passou a estar sujeito, por assim dizer, a toda natureza e, sobretudo, a seus semelhantes dos quais num certo sentido se torna escravo, mesmo quando se torna senhor: rico, tem necessidade de seus serviços; pobre, precisa de seu socorro, e a mediocridade não o coloca em situação de viver sem eles. É preciso, pois que incessantemente procure interessá-los pelo seu destino e fazer com que achem, real ou aparentemente, residir o lucro deles em trabalharem para se próprio. (...) em uma palavra, há, de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambos, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem. Todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente. (ROUSSEAU, 1973, pág. 273).

A história dos homens para Rousseau é a “historia da decadência”, que retrata uma situação em que o homem ao transformar sua materialidade, transforma-se a si mesmo, sua transformação moral equivale a de suas instituições, pois suas conseqüências não se restringem a sua dimensão individual, mas alcança a sociedade em geral. Os homens ao buscarem satisfazer suas necessidades fictícias, as “criadas pelo seu orgulho”, tornam-se estranhos a si mesmos (oposição de interesses) e escravos uns dos outros, visto que suas novas necessidades já não podem ser saciadas de forma imediata, apenas por meios e reduzindo-se a esses meios. Enfim, a partir dos *Discursos*, Jean-Jacques traçará a história do homem, cujo sentido é à saída do homem de seu estado de pureza para a sua corrupção atual e que, segundo



o filósofo, esta transformação é irremediável, logo linear<sup>33</sup>. Por mais que possa ser evitado ou, retardado por um povo virtuoso ou uma boa instituição, o processo de decadência, uma vez desencadeado não pode ser revertido, porque as condições de vida do homem estão sujeita a uma inteligibilidade, interferida a circunstâncias casuais, que por viés de sua “qualidade distintiva”, desenvolverá suas outras faculdades que proporcionarão seu processo de desnaturação. Citando Rousseau:

(...) destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitarem todo gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. (ROUSSEAU, 1973, pág. 275-276).

Portanto, a visão da história em Rousseau é pessimista, apocalíptica<sup>34</sup>, onde seu percurso, guiado por seus produtos culturais, não fará da civilização uma realidade livre de opressões, misérias e desigualdades. Em vista disso, a história das origens para o filósofo tem como papel fundamental, verificar a decrepitude da espécie humana pela sociedade, onde por um tipo de teologia laicizada da história, ele buscará determinar quais foram os elementos que induziram os homens a saírem de sua condição de felicidade para a consecução da chamada civilização e que não é senão a corrupção progressiva dos valores primitivos. Valores, que conforme Starobinski, Rousseau sentira a necessidade de imaginar o que pôde ter dado fim a eles, e conjecturando filosoficamente reconstrói o acontecimento decisivo que, rompendo o equilíbrio primordial do estado de natureza, dera início a história. Com isso, Jean-Jacques mostrará como pelo trabalho, pela reflexão e pelo amor-próprio, o homem saiu de sua condição animal e descobriu a oposição, a “concorrência” entre: o fora e o dentro, o eu e o

---

<sup>33</sup> No século XVIII trava-se um confronto dentro da filosofia da história entre as concepções linear e circular, com vantagem para a primeira, a visão da historicidade presente no pensamento ilustrado apela para um *telos* necessário em direção à qual caminhará a humanidade. Aliás, tal conceito de história linear é inaugurado por Santo Agostinho na obra *Cidade de Deus* (AGOSTINHO, Santo. *La cite de Dieu*, Vol. 2, p. 22), levando em consideração a perspectiva do progresso, que, diga-se de passagem, não é a mesma utilizada nesse novo contexto. No Renascimento tem-se um retorno à teoria circular da história, devido à influência grega, e ao retorno dos clássicos. Dessa forma, no Século das Luzes as duas doutrinas se situam lado a lado. Segundo Maria das Graças para Löwith, o embate entre círculo e cruz, que aponta para a oposição entre a história cíclica e a história linear, é absolutamente insolúvel. E no caso de Rousseau, a trajetória dos dois discursos, ele parece alinhar-se à de uma história de sentido linear. (SOUZA, Maria das Graças. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, p. 70).

<sup>34</sup> Segundo Maria das Graças, é o caráter da história que possibilitará dividi-la em caracteres retrospectivo e prospectivo, voltado para o passado, isto de acordo com as ações presentes, e para o futuro, suas consequências. Divisão que é a “marca da concepção linear moderna da história e típica herança laicizada do cristianismo”. (SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 70).

outro, o bem e o mal, a falsidade e a verdade, o poder e a servidão. Tudo isso com o propósito de demonstrar uma evolução do homem, de modo coeso, seguindo cronologicamente o seu desenvolvimento físico-psíquico, a ordem natural das ideias, remontando às origens para nelas encontrar as fontes ocultas de sua realidade presente. Assim, diz Rousseau no *Segundo Discurso*, para compreender a história dos homens, “é preciso seguir o progresso das coisas”, estudar, “no progresso das coisas as ligações escondidas que o vulgo não percebe<sup>35</sup>”. É o que enfatiza Starobinski acerca do filósofo:

Rousseau recompõe a origem da sociedade, interroga-se sobre a origem das línguas, remonta à experiência infantil do indivíduo. Busca, em tudo, a explicação genealógica, que exhibe a partir de um termo inicial toda uma cadeia de efeitos e de conseqüências bem ligados. No que está de acordo com o espírito de seu século. (STAROBINSKI, 1991, pág. 281).

Com tal objetivo, Rousseau construirá uma história de modo quase totalmente hipotético, onde de maneira isenta<sup>36</sup> critica a história dos livros técnicos e procura dar explicações racionais aos fatos. A propósito Rousseau escreve no prefácio do *Segundo Discurso*:

Que meus leitores não pensem que ousou iludir-me julgando ter visto o que me parece tão difícil de ser

---

<sup>35</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os *Pensadores*. São Paulo: Abril, 1973, p. 241.

<sup>36</sup> A consciência da historicidade grega e moderna de Rousseau, tem como pressuposto a ideia de que o processo é mais relevante que as relações dos fatos ocorridos, pois este implica no problema das verdades dos fatos históricos que por resultar de uma operação intelectual, defrontam-se com sua origem subjetiva. Problema, que servira de crítica de Rousseau para os historiadores da época, principalmente os modernos, que ao invés de verem as coisas como são, só as vêem através de seus preconceitos, de seus julgamentos; assim como forma de orientação para a sua teoria da história. De acordo com Francisco José Calazans as análises de *E. Cassirer* e *G. GUSDORF* mostram o que foi, no século XVIII, “a conquista do mundo histórico” (CASSIRER, Ernst. *Filosofia de La Ilustración*. México, Fondo Cultura Económica, 1950. p. 224) ou “o despertar do sentido histórico” (GUSDORF, Georges. *Introduction aux sciences humaines*. Paris, Ophrys, 1974. p. 247-67). Sentido que acarreta problemas, uma vez que, estabelece o conflito entre verdades racionais e eternas da esfera do contingente e do individual. (FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 54). Diz Rousseau: “Começamos por afastar todos os fatos... esforçar-me-ei por empregar uma linguagem que convenha a todas as nações, ou melhor, esquecendo os tempos e os lugares para só pensar nos homens a quem falo, supor-me-ei no Liceu de Atenas, repetindo as lições de meus mestres...” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os *Pensadores*. São Paulo. Abril, 1973, p. 242-243).

visto. Iniciei alguns raciocínios, arrisquei algumas conjecturas, antes com intenção de esclarecer e de reduzir a questão ao seu verdadeiro estado do que na esperança de resolvê-la. Outros poderão, desembaraçadamente, ir mais longe na mesma direção, sem que para ninguém seja fácil chegar ao término pois não constitui empreendimento trivial separar o que há de original e de artificial na natureza atual do homem, e conhecer com exatidão um estado que não existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar de nosso estado presente. (...) “Quais as experiências necessárias para chegar-se a conhecer o homem natural e quais os meios para fazer tais experiências no seio da sociedade?” (ROUSSEAU, 1973, pág. 234).

Para Rousseau, na ordem dos valores, a vida se posiciona anteriormente a qualquer livro científico que “só nos ensinam a ver os homens como eles se fizeram”. Onde, a necessidade de utilizar o método genético<sup>37</sup> que, como dito, consiste em uma reconstrução racional da história, e que se encontra as raízes de sua filosofia da história, filosofia esta, que se consolida nas relações morais e econômicas que fundamentam sua crítica do progresso e assinalam a crise moral e social que marcam seu século de contradições. Método, que a princípio racional, é complementado pela experiência, pois Jean-Jacques pretende chegar ao homem natural retirando tudo o que presume como originário da vida social. É na análise da história, ou seja, do progresso do homem, que se percebe o que é próprio de sua natureza e aquilo que é devido à vida em sociedade. Neste sentido que a antropologia de Rousseau adquire a feição de uma filosofia da história baseada nos pressupostos epistemológicos da ciência do direito natural, ideia patenteada pela própria natureza do homem, onde a constituição de seu estado é fundamental para se deduzir os princípios que expressam as relações gerais entre homem-natureza. Todavia, Jean-Jacques, diante dessa visão essencialmente terrena, pautada pelos pressupostos da imanência, não reduzirá seu método a uma forma totalmente dedutiva, já que dentre a série de causas históricas que ele leva em

---

<sup>37</sup> O método de Rousseau ratifica seu conhecimento sobre as idéias que afirmavam uma evolução natural, contudo discordara dos filósofos e juristas que as desenvolveram, tendo como ponto de vista a ordem natural das coisas, a fatalidade das leis sociais, excluindo qualquer critério de distinção moral e ética. Pois para Jean-Jacques a passagem do estado natural para o estado civil é puramente contingente, possui causas externas, que o levam a esse novo estado. Como ressalta Lourival Gomes Machado, em notas sobre o *Segundo discurso*, que Rousseau tem como objetivo reencontrar, por meio da hipótese, a história da revolução, no decorrer da qual os homens se elevaram até o estado social. (ROUSSEAU, J-J. Op. cit., p. 234).

consideração, encontram-se eventos naturais que o homem percorrerá em razão de sua perfectibilidade.

Rousseau enxerga a história inseparável dos seguintes fatos, consecutivamente: faculdade perfectível, obstáculos naturais e novas capacidades, e a sociedade corruptível. Elo indissociável e de estrutura dialética<sup>38</sup> que terá como desfecho o despotismo, forma extrema da servidão, em que o homem se tornará tanto escravo de seus semelhantes, quanto de suas próprias necessidades, estabelecendo, paradoxalmente, uma igualdade funesta, fundada na sociedade servil e de desigualdades.

Percebe-se, portanto, uma concepção linear da história, percurso de desnaturação sofrida pela natureza humana no decorrer de sua história, onde o homem, no estado de reflexão, caminha de um ponto de origem pura e inocente, de liberdade pré-social, para um ponto de chegada, cujo estado nega a natureza, constituindo uma igualdade de indiferença, artificial, em que sua realidade consistirá numa desigualdade manifestada por um poder arbitrário.

Rousseau no *Primeiro discurso*, em nome da moral, denuncia e expõe um trajeto marcado por uma degeneração, ao mostrar que o progresso intelectual, suas ciências, suas letras e suas artes “estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro com eles (os homens) são esmagados”, ou seja, mascara uma realidade que não tem condições atuais de proporcionar o aperfeiçoamento real do homem e de suas instituições político-social, mas um destino, cujo ponto extremo, é a perda de sua liberdade original e a formação de uma sociedade constituída pela escravidão e pela miséria. A história segue, pois, um trajeto linear: o homem, diz Rousseau, corrompe-se na medida em que desenvolve suas capacidades, na medida em que nossas ciências e nossas artes avançaram em direção à sua (aparente)

---

<sup>38</sup> No *Discurso Sobre a Desigualdade* Rousseau parece utilizar tanto a concepção circular quanto a linear de história, pois ao final da obra, ele faz uso da metáfora do círculo, quando diz que o despotismo se estabelece, alcança-se o ponto extremo da desigualdade, “o círculo se fecha, e volta-se ao ponto de onde se partiu” (ROUSSEAU, J-J. Op. cit., p. 286). Entretanto, em se tratando de sua teoria da história, é importante ressaltar que Jean-Jacques utiliza-se da idéia de circularidade para mostrar o processo da desigualdade que por graus transformou a alma humana e suas instituições. Essa chegada ao ponto de onde se partiu de que fala o autor, corresponde à volta do homem a um estado de natureza, que em sua essência é a negação do estado primordial. Seria possível imaginar que o uso da metáfora indicaria uma espécie de retorno da história da humanidade, alinhando assim Rousseau à tradição do tempo cíclico? Segundo Maria das Graças parece que não. Rousseau afirma que os homens voltam a um outro estado de natureza, mas, na sua essência, diferente do primeiro do qual ele é a sua negação (SOUSA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, p. 74).

perfeição. Com isso, o filósofo transfere para a dimensão temporal da existência humana uma divisão em um antes e um depois: um antes representado por um estado original, puro e livre, e que será perdido num depois, que é representado por um estado civil que consiste na degradação das exigências morais da natureza humana e da sua troca por uma cultura crescente de artifícios, do qual o homem se vê preso por uma prisão que ele mesmo construiu. Citando Starobinski:

Então vai começar a divisão ativa entre o eu e o outro; o amor-próprio vem perverter o inocente amor de si, os vícios nascem, a sociedade se constitui. E, enquanto a razão se aperfeiçoa, a propriedade e a desigualdade se introduzem entre os homens, o meu e o teu se separam sempre mais. A ruptura entre ser e parecer passa a marcar o triunfo do “factício”, a distância cada vez maior que nos afasta não apenas da natureza exterior, mas de nossa natureza interior. (STAROBINSKI, 1991, pág. 39).

E o triunfo do factício é para Rousseau a consecução daquilo que é chamado de civilização, constituída de valores viciosos e seres “policiados”, que diante das máscaras e ilusões do mundo que cria, afoga nossos sentimentos naturais e nos afasta cada vez mais de nossa liberdade original ao nos acorrentar por toda parte, acelerando a corrupção dos nossos valores primitivos. E no *Primeiro discurso* Jean-Jacques escreve:

(...) as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhes o sentimento dessa liberdade original para o qual pareciam ter nascido, fazem com que amem a escravidão e formam assim o que se chama de povos policiados. (ROUSSEAU, 1973, pág. 342-343).

Enfim, à luz dos dois *Discursos*, concebe-se uma história que por mais contingente, dependente das circunstâncias, - “que podiam nunca nascer e o homem permanecer em sua condição primitiva”-, obedece a uma “ordem natural” que o tira de seu estado natural e o faz sociável e, portanto, mal. Ordem, constatada na sua natureza perfectível, que diante de obstáculos, transforma-se a si mesmo, ao transformar sua realidade ameaçadora,

materializando, simultaneamente, sua originalidade e seu tempo. E regidos por suas “mãos que trabalham”, estabelecendo meios que lhe proporcionará artifícios e novas necessidades, o homem ofuscará o espelho fiel de suas consciências, assim como desajustará o equilíbrio de sua condição primordial. A história ao entrar em cena, com seu paradoxo desenvolvimento, a partir de uma rede de relações, efetivará um mundo de mentira (opacidade) e miséria, onde o homem não se reconhecerá mais como auto-suficiente, buscando na exterioridade das coisas fugaz sua felicidade, e encontrando sua real escravidão e depravação atual, afastando-se de sua alma original, e levado pelo devir a uma “progressiva” corrupção moral. O homem ao transformar a natureza nega a si mesmo, e negando, afirma-se no tempo, mobilidade real do desenvolvimento da história que terá por base a formação da sociedade e suas vertentes: propriedade, instituições e poder arbitrário, - fontes de todos os males da humanidade. A necessidade da história para Jean-Jacques é para justificar o mal, invertendo o ponto de vista Hobbeseano e a visão iluminista da história como reino da liberdade, e a natureza reino dos fatos calculáveis e violentos. Portanto há um reconhecimento de declínio do sentido da história em Rousseau, delimitado por aspectos mutáveis, contingentes, mas de caráter universal e intemporal. Pois o homem ontologicamente é de uma inocência indestrutível, mas coletivamente está sujeito à corrupção, à degenerescência política, às desigualdades. Basta saber de uma nação seu grau de desenvolvimento que proporcionalmente se determinará o processo de civilização e conseqüentemente seu grau de decadência dos costumes, e da corrupção de suas instituições.

#### 4. A CORRUPÇÃO DOS VALORES DO ESTADO PRIMITIVO

O século XVIII se caracteriza como o tempo em que se afirma a perfectibilidade do homem como condição fundamental para a aceleração do curso do progresso, situação ocasionada pela harmonia entre a filosofia e a história ou, a sociedade. No entanto, Rousseau, nostálgico de um modelo voltado para os sentimentos mais profundos do espírito humano, elaborará a noção de um estado de natureza, ontologicamente bom, em que condicionado a uma situação atemporal, tinha uma consciência imediatista que o impossibilitava de qualquer valoração acerca de sua realidade circundante. Condição irreflexiva que o incapacitava de fazer o mal, pois diante de um mundo amoral ou pré-social o homem não tinha consciência de discernimento, portanto, não existe confronto entre o fato e o direito. Então, essencialmente íntegro, fisicamente sadio e espontaneamente moral, a desigualdade e as injustiças não correspondem a desequilíbrios naturais, mas sim a um desequilíbrio derivado e de ordem social.

Com Rousseau o sentido da história, adquire uma perspectiva oposta, encontrar-se-ia no passado a condição feliz do homem, visto que o “progresso das coisas” não destruirá a desigualdade entre os povos, por trazer sim a sua degradação moral e o declínio das instituições, frutos de seu aperfeiçoamento, onde o contexto de uma consciência de ruptura, dissociação entre a ordem natural e a ordem cultural, implica na negação dessa condição original. Segundo o filósofo, a história se orienta a partir dos valores estabelecidos por uma Razão escoltada pelo vício, que organizará sociedades suscetíveis de necessidades artificiais, como o luxo e a polidez, uma vez que ela impõe ao homem uma uniformidade que é artificial, e faz os seres humanos ignorarem os valores inerentes as suas necessidades naturais. E a trajetória da “progressiva” corrupção dos valores primitivos será constituída por uma lei do desenvolvimento da história da desigualdade, - acumulação de conhecimentos-, determinada pelos seguintes fatores: nascimento da propriedade, criação dos magistrados e a formação da sociedade despótica. Fatores que equivalem a momentos que são os graus da desigualdade que efetivarão a corrupção da alma humana e a decadência de suas instituições. Assim, quando Rousseau, como fora dito, nos *Discursos*, refere-se à decrepitude da espécie, enfatiza uma história da civilização como progresso da negação da natureza, processo de corrupção, tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista de suas instituições. Desse modo, como se dera esse processo-corruptível? Rousseau, destacando novamente seu método, adverte:

Confesso que os acontecimentos que tenho de descrever podendo sobrevir de inúmeros modos, só por conjeturas posso decidir-me na escolha. Mas, além dessas conjeturas se tornarem verdadeiras razões quando são as mais prováveis que se possam extrair da natureza das coisas e os únicos meios que se possa ter para descobrir a verdade, as conseqüências que eu quero deduzir das minhas conjeturas, por isso não serão conjeturais, porquanto, sobre os princípios que acabo de assentar não se poderia estabelecer qualquer outro sistema que me fornecesse os mesmos resultados e do qual pudesse inferir as mesmas conclusões. (ROUSSEAU, 1973, pág. 265).

Os primeiros passos rumo à vida em sociedade são dados quando o homem na luta contra os obstáculos naturais, passa a contar com a ajuda dos seus semelhantes em relação à caça e outras atividades. E utilizando-se de ferramentas, o homem sofre transformações psicológicas, chega-se a habitações coletivas e os primeiros núcleos familiares, esboço de sociedade que, de acordo com Rousseau deveria ser a época mais feliz e duradora da história humana. Enquanto presos a uma consciência limitada a necessidades que não o colocara em oposição à natureza e a consciência de apreciação mútua, baseada no sentimento de piedade (amor de si) que não o colocara em conflito com seus semelhantes, o homem vivera na época chamada pelo filósofo de “juventude do mundo<sup>39</sup>” e que para ele deveria ser o grau de desenvolvimento final da história. Todavia, dadas as circunstâncias funestas, surgirá o trabalho e suas artes que possibilitará o desenvolvimento de uma consciência reflexiva e providente - o amor de si é transformado em amor próprio -, que por uma série de momentos, tornará o indivíduo perfeito e decrépito em espécie. Assim, diz Jean-Jacques: “A metalurgia e

---

<sup>39</sup> Estado de desenvolvimento, consoante Rousseau, era o intermédio entre o estado regido pela piedade natural e o estado de atividades guiadas pelo amor-próprio, insuscetível a revoluções, onde sua mudança só fora possível, devido à perfectibilidade e suas faculdades serem submetidas a circunstâncias fortuitas, como por exemplo, o surgimento da propriedade. O momento do *Discurso* que remete à idéia da apreciação mútua é justamente chamado por Rousseau de “juventude do mundo”, considerado à época mais feliz e duradora da história dos homens (SOUSA, Maria das Graças de. Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 46). Diz Rousseau que os primeiros progressos do coração formaram os primeiros núcleos sociais que consolidaram o hábito de viver junto, formando uma primitiva sociedade, “ainda mais unida por serem a afeição recíproca e a liberdade os únicos liames” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 268).



a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa grande revolução<sup>40</sup>”, ou seja, suas invenções, frutos de uma espécie de reflexão, que instaurando a divisão do trabalho, levaram ao fim da “juventude do mundo” e dando um rumo de declínio a história. Citando Rousseau:

Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar com espinhos ou com cerdas suas roupas de peles, a enfeitar-se com plumas e conchas, a pintar o corpo com várias cores, a aperfeiçoar ou embelezar seus arcos e flechas... – enquanto só dedicaram a obras que um único homem podia criar, e a artes que não solicitavam o concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza, e continuaram a gozar entre doçuras de um comércio independente; mas, desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impôs regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas. (ROUSSEAU, 1973, pág. 270-271).

É a partir das causas originais da civilização, que se observa como a desigualdade, que no estado de natureza praticamente não existia, progride com o surgimento da propriedade. É exatamente a propriedade que tornará o homem alienado em sua aparência, e que sentirá desejos que não pode satisfazer por si mesmo, precisando de prestígios e riquezas que acelerará o processo de distinção social, o primeiro grau de desigualdade: divisão entre ricos e pobres. Em decorrência disso, é imposta a necessidade de se parecer diferente do que se é realmente, surgiu à vontade de dominar consciências e possuir objetos, o amor-próprio se floresce e se reconhece no valor do ter em detrimento do ser. Assim, o homem que era livre se torna escravo, e não somente de seus semelhantes, como também daquilo que lhe é exterior, da posse, ou seja, escravo das coisas. Disse-o muito bem Starobinski:

---

<sup>40</sup> ROUSSAEU, Jean- jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 271.

A relação já não se estabelece diretamente de consciência a consciência: ela agora passa por coisas. A perversão que daí resulta provém não apenas do fato de que as coisas se interpõem entre as consciências, mas também do fato de que os homens, deixando de identificar seu interesse com sua existência pessoal, identificam-no doravante com os *objetos* interpostos que acreditam indispensáveis à sua felicidade. O eu do homem social não se reconhece mais em si mesmo, mas se busca no exterior, entre as coisas; seus meios se tornam seu fim. O homem inteiro se torna coisa, ou escravo das coisas... Rousseau denuncia essa alienação e propõe como tarefa um retorno ao imediato. (STAROBINSKI, 1991, pág. 35-36).

Rousseau ao estabelecer a diferença de vida do homem antes e depois do surgimento da sociedade condena o trabalho ao esboçar a ideia de que é “entre as mãos do homem que tudo degenera<sup>41</sup>”, isto é, ao trabalhar o homem nega a natureza, afastando-se de sua ontologia, e que pelo devir histórico constrói um mundo de exterioridade, produzindo, com o tempo, as formas de desigualdades presentes nas nações e entre os próprios indivíduos. Ideia que também tem como objetivo tentar conciliar a problemática entre a indestrutibilidade da bondade natural, seu retorno, com a mobilidade degenerativa da história.

Nascido da mão-de-obra, a propriedade, a princípio sustentada por uma espécie de direito baseado na força, trouxe desvantagem à relação entre rico e pobre, por fazer da sociedade nascente um estado de guerra, estado que fizera com que o rico buscasse razões ou justificativas que garantissem o direito de posse, em contrapartida ao direito natural, institucionalizando suas forças. Quem diz é o próprio Rousseau: “reunamo-nos num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que protejam e defendam todos os membros da associação e nos mantenham em concórdia eterna”. Com o estabelecimento da propriedade, a partir de seus meios, os homens induzidos pelas novas necessidades e pelo temor de perdê-las, no caso seu “luxo” e “conforto”, para conservar seus vícios, ou melhores, seus bens particulares, sentiram a necessidade de criar governos e leis que legitimassem sua posse, já que a força não bastava para a manutenção da riqueza. O estado natural, ilhado por artifícios,

---

<sup>41</sup> ROUSSEAU. J.-J. *Emílio ou Da Educação*. Livro Primeiro. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 07.

“barreiras imaginárias que separam os povos”, torna-se uma estátua de Glauco<sup>42</sup>, e nesse instante se esvai a liberdade e o direito natural, substituído pelo direito civil. “Eis a origem da sociedade e das leis, que estabeleceram novos entraves ao pobre, e novas forças ao rico”, como diria Jean-Jacques, a partir de suas regras de justiça, de igualdade ou de interesse geral.

Os corpos políticos, deste modo permanecendo, entre si, em estado de natureza, logo se ressentiram dos inconvenientes que haviam forçado os particulares a sair dele, e tal estado tornou-se ainda mais funesto entre esses grandes corpos do que fora, antes, entre os indivíduos dos quais se compunham. Daí nasceram as guerras nacionais, as batalhas, os assassinatos, as represálias que levam a natureza a agitar-se e chocam a razão, e todos esses preconceitos horríveis que consideram como virtude a honra de derramar o sangue humano. As pessoas de bem passaram a incluir entre seus deveres o de degolar seus semelhantes; viu-se por fim, os homens se massacrarem aos milhares sem saber por que e cometeram-se mais assassinatos num só dia de combate e mais horrores na tomada de uma única cidade do que se cometera, no estado de natureza, em toda face da terra, durante séculos inteiros. (ROUSSEAU, 1973, pág. 276).

Com os corpos políticos e suas características inconstantes e irregulares no que diz respeito a suas leis e a demanda do povo, deu-se o próximo passo para o estabelecimento da desigualdade entre os homens que fora a criação dos magistrados, promovendo a separação entre poderosos e fracos. As justificativas para tal atitude são várias, passando desde uma suposta tendência natural do homem para obedecer (que não passa de uma tentativa de confundir o estado de natureza com o estado em que se encontravam, o chamado civilizado), até a teoria de que o poder político seria uma extensão do poder paterno.

A sociedade delegada ao magistrado não corresponde a um poder arbitrário, pois há como que um pacto entre o povo e os seus governantes, configurado nas leis. No entanto, tais

---

<sup>42</sup> O mito de Glauco tem como propósito em Rousseau resolver a problemática da essência da alma humana e sua relação com a história corruptível, visto que se sua alma degenera irremediavelmente, como será possível reconhecer sua pureza original? . Sobre isso, diz Rousseau, no prefácio do *Segundo discurso*: “Como a estátua de Glauco, que com o tempo, o mar e as intempéries desfigurado de tal modo que se assemelhava mais a uma animal feroz do que a um deus, a alma humana, alterada no seio da sociedade por milhares de causas sempre renovadas, pela aquisição de uma multidão de conhecimentos e de erros, pelas mudanças física-psíquicas, por assim dizer mudou de aparência a ponto de tornar-se quase irreconhecível...”(ROUSSEAU, 1973, pág. 233).

leis não bastam para garantir a sociedade, faz-se necessário também a religião, a intervenção divina.

A desigualdade tem seu ápice no despotismo, quando um poder que é legitimado de alguma forma, torna-se arbitrário. Nesse momento surge a diferença entre senhor e escravo. Esta desigualdade é a consequência das desavenças políticas, onde as paixões dominam totalmente os governantes. O despotismo como que fecha o círculo da evolução, extremo da servidão universal e que levará o homem a um novo estado de natureza, mas como foi dito, em essência difere do estado original, na qual todos são iguais “porque não são nada”, no sentido de uma igualdade fundada por uma sociedade de rebanho que ao colocar todos os homens nas mesmas condições de servidão, fará deles servos. Nesse novo estado é o direito do mais forte que decide, e não existem mais nem virtude nem bem. Uma provável revolução nesse momento é o que mais pode acontecer. Citando Rousseau:

Se seguirmos o processo da desigualdade nessas diferentes revoluções, verificaremos ter constituído seu primeiro termo o estabelecimento da lei e o direito de propriedade; a magistratura, o segundo; sendo o terceiro e último a transformação do poder legítimo em poder arbitrário. Assim, o estado de rico e de pobre foi autorizado pela primeira época; o de poderoso e de fraco pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e escravo, que é o último grau da desigualdade e o termo em que todos os outros se resolvem, até que novas revoluções dissolvam completamente o Governo ou o aproximem da instituição legítima. (ROUSSEAU, 1973, pág. 283).

Contudo, essa possível mudança anunciada por Rousseau na história, não consiste na destituição do despotismo e a instauração da igualdade essencialmente primitiva, visto que a linha evolutiva é irremediável, pois o sentido da história é de degeneração moral e política do homem. A situação da revolução é apenas uma etapa irreversível da corrupção moral da humanidade que uma vez desencadeada seguirá uma ordem natural que não terá como término a destruição de uma sociedade corruptível e o estabelecimento de uma igualdade na liberdade civil, mas sim a fixação de sua natureza social, dada ao acaso, de forma imperfeita, porquanto mal. Ideia onde Jean-Jacques dirá essa igualdade que consiste nos “homens que formam o rebanho que se chama sociedade, colocados todos nas mesmas condições, e farão

todos as mesmas coisas, desde que motivos mais fortes não os desviem”<sup>43</sup>. Embora Rousseau apresente uma eventual situação favorável, “a dissolução do governo ou a possibilidade de uma instituição legítima”, deve-se levar em consideração o que nos adverte Jean Starobinski acerca do pensamento do filósofo:

A revolução contra o déspota não instaura uma nova justiça; tendo perdido a igualdade na independência natural, o homem conhece agora a igualdade na servidão: Rousseau não faz apelo à esperança e não nos diz como os homens poderiam superar seu destino e conquistar a igualdade na liberdade civil (de que tratará o *Contrato Social*). Ele conta apenas com “curtas e freqüentes revoluções”, isto é, com um estado de anarquia permanente. A humanidade, no último grau de sua decadência moral, é incapaz de escapar à desordem da violência. Assiste-se a um fim da história, mas a um fim caótico: a partir de então, o mal é irremediável. (STAROBINSKI, 1991, pág. 41).

Enfim, falar-se de um pensamento revolucionário em Rousseau, talvez seja possível a partir da perspectiva histórica do século XVIII, o Iluminismo, e suas obras, principalmente os *discursos*. Situadas nesse contexto, foram obras que buscaram diagnosticar os males resultantes da corrupção do homem, tanto do ponto de vista moral, quanto do ponto de vista social, onde no *Primeiro Discurso*, os males são frutos da cultura que se coloca contra o próprio homem ao sujeitá-lo a uma aparência de virtude polida. Também, quando Rousseau, no *Segundo Discurso*, elabora passo a passo a evolução intelectual, social, econômica e política do homem, trazendo à cena as origens das desigualdades, denunciando-a a partir de uma trajetória linear do estado a-histórico a uma realidade histórica da sociedade decadente.

---

<sup>43</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso Sobre as Ciências e as Artes. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973, p. 344.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Rousseau o homem no estado primitivo é “bom”, dimensão existencial da virtude natural, devido sua condição atemporal que o torna incapaz de qualquer discernimento ou juízo valorativo, sendo a sociedade, por meio do progresso (ideia sustentada pela noção de perfectibilidade infinita da espécie humana), a verdadeira causa de sua maldade e escravidão. Consciência que considera o homem livre por natureza, mas que por necessidades circunstanciais corre ao encontro de seus grilhões. Situação que se der a partir de uma nova relação do ser humano com o tempo, dando início a história e conseqüentemente à sua decadência que é concebida por graus de desigualdades estabelecidos pela sociedade, proporcionando a humanidade todos os males da qual sua realidade é constituída, seja no âmbito moral quanto político. Então uma certeza de progresso que nos permite olhar para o futuro com pessimismo, a partir do ponto de vista de uma existência, autêntica, outrora feliz.

Entretanto a sociedade, propriamente dita, não é responsável pela corrupção do homem, pois a crítica de Rousseau consiste à sociedade enquanto negadora da natureza humana, ou seja, enquanto uma ordem constituída por uma cultura fundada no primado de uma razão, que ao se julgar única e absoluta, destina-se a salvar a humanidade de seus males pelo viés de seus avanços técnicos e científicos, em detrimento aos sentimentos mais profundos da natureza humana. Com isso não fez senão fixar à decrepitude da espécie nos fenômenos históricos que se constituiu pelos processos de formação da propriedade (estado de riqueza e de pobreza), da instituição da magistratura (estado de poder e de fraqueza), e por fim da transformação do poder legítimo em poder arbitrário (estado de senhorio e de escravatura), organização social que diante de suas iniquidades, tornava impossível a vida virtuosa. Sua contestação diz respeito à sociedade que molda a conduta humana de modo artificial, onde “a polidez impõe, a decência obedece”, e estabelece uma cultura intelectual que não contribuiu para a verdadeira virtude do homem, tampouco sua felicidade, mas permitiu progressos materiais que determinaram costumes baseados no luxo e na vaidade. As ciências e as artes foram geradas dos vícios e servem para fortalecê-los.

Citando Rousseau:

A astronomia nasceu da superstição; a eloquência da ambição, do ódio, da adulação, da mentira; a geometria, da avareza; a física; de uma curiosidade infantil; todas elas, e a própria moral, do orgulho humano. As ciências e as artes devem, portanto, seu nascimento a nossos vícios... (ROUSSEAU, 1973, pág. 351)

São os abusos da vida social que fazem com que o homem se encontre em situação pior do que aquela que seria no estado primitivo<sup>44</sup>. Esses abusos são a perda da consciência transparente do homem (benevolência que permitia a relação entre os homens de forma imediata, de forma espontânea e evidente), as mentiras, as ostentações, e tantos outros mais. As artes ao mesmo tempo em que proporciona ao homem conforto, transforma-o em um ser factício, voltado para exterioridade, ou seja, para o aparato e o luxo, distanciando-o de sua origem, de sua natureza. De fato o problema econômico está sensivelmente relacionado com o problema moral em Rousseau, onde nos *Discursos*, diferentemente de Voltaire, considera o luxo fonte capital para a corrupção dos costumes e decadência de nações, o homem social se torna corruptor a partir do momento em que seus interesses correspondem a uma alienação das coisas materiais, pois o ser humano que depende de coisas supérfluas perde sua liberdade. Isto, ratifica-se na seguinte afirmação de Starobinski:

Tendo retraçado a progressão da cultura e tendo-a definido como negação da natureza, Rousseau opõe à cultura uma recusa, uma nova negação, que é consequência de um juízo moral e que se vale de um absoluto ético. A indignação de Rousseau (ele próprio homem natural) contra a sociedade (criação histórica) é a expressão patética desse conflito. Ele toma a palavra para dizer não à antinatureza. A situação presente, com seu luxo e sua miséria, é ao mesmo tempo historicamente motivada e moralmente inaceitável. Rousseau compreende a sociedade de seu tempo, mas lhe opõe uma reprovação escandalizada. O pensamento de Rousseau não poderá, portanto, deter-se aí. (STAROBINSKI, 1991, pág. 36)

---

<sup>44</sup> Essa visão sobre as condições de vida real do homem apresentadas por Rousseau teve como objeção a ironia de Voltaire que ao qualificar o *Discurso sobre a Desigualdade*, escreveu o seguinte: “lendo o vosso livro, dá vontade de andar de quatro”. Porém isso não significa que Voltaire não tenha feito crítica à sociedade vigente, visto que para o filósofo, não é a riqueza o fruto dos males da humanidade, mas sim sua ignorância e sua hipocrisia religiosa.

Assim Rousseau sentirá necessidade de um modelo moral, que será o estado de natureza, “ele próprio homem natural”, e também um modelo social, onde conforme o filósofo, a sociedade ideal será aquela na qual os homens sejam livres e iguais, de modo que ele dirá no final do *Segundo Discurso* que “é manifestamente contra a lei da natureza, seja qual for a maneira por que a definamos, (...) um punhado de pessoas regurgitar superfluidades enquanto à multidão faminta falta o necessário”<sup>45</sup>. O problema que Jean-Jacques enfrenta é como preservar a liberdade natural sem prejudicar a segurança e o bem-estar proporcionados pela vida em sociedade, isto é, como conciliar a natureza com a cultura em uma sociedade, superando assim suas injustiças. Tal problema será encarado na obra *Contrato Social*, apesar de desde o *Primeiro Discurso* admitir a possibilidade da justiça está relacionada com um verdadeiro pacto fundador, quando em relação a sua visão da história, comentará sobre uma possível cura dos males da sociedade. Porém é justamente a história, que por causas necessárias e fatais, condenou a humanidade a corromper-se irremediavelmente, evitando assim qualquer solução para a transformação de uma sociedade iníqua em uma sociedade plenamente justa. Em visto disso, como Starobinski observa com razão que a perspectiva de que o *Contrato Social* é sequência, ou mesmo desfecho do *Segundo Discurso* “é seguramente tentadora”, contudo diante de determinada condição, isso porque ao analisar as obras isoladamente, perceber-se-á que ambas não se solicitam, uma vez que no *Segundo Discurso* a situação revolucionária “é infértil”, e conforme Maria das Graças em sua obra *Ilustração e história* do ponto de vista da história, existe apenas a visão escatológica e não parece anunciar uma alteração nas circunstâncias trazidas pelo progresso, pois culmina com o despotismo, etapa final da desigualdade<sup>46</sup> e no *Contrato Social* “a ideia do contrato só se situa no começo da vida social, à saída do estado de natureza”, sendo assim inaugural e não revolucionária, visto que o pacto situa-se num registro normativo, fora do tempo histórico<sup>47</sup>. Como afirma Starobinski:

Embora coloque nitidamente o problema do legislador, Rousseau não situa sua hipótese jurídica em uma fase

---

<sup>45</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973, p.288.

<sup>46</sup> SOUSA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 92.

<sup>47</sup> SOUSA, Maria das G. de. *Op. cit.*, p. 91.



determinada da história concreta da humanidade: não determina o gênero de ação que poderá tornar possível sua realização. O pacto social não se cumpre na linha de evolução descrita pelo segundo *Discurso*, mas em uma dimensão, puramente normativa e situada fora do tempo histórico. (STAROBINSKI, 1991, pág. 42).

Sendo assim, a sociedade não pode ser curada com simples reformas internas, tampouco com os progressos das ciências e das artes. A racionalidade iluminista, toda exteriorizada, é preciso se opor uma racionalidade interiorizada, em condições de tornar o homem novamente capaz de ouvir a voz de sua da consciência, imperativo da virtude, único capaz de reintegrar a unidade social desintegrada pelo desenvolvimento das ciências e das artes, apesar de Rousseau delegar tanto a política quanto a cultura papéis fundamentais para a possibilidade da recuperação da confiança entre as consciências, da reconciliação entre a natureza e a sociedade, ou para a construção de uma nova Era de felicidade. A propósito dirá Rousseau:

(...) que os sábios de primeira ordem encontrem nas suas cortes asilos dignos; que nelas obtenham a única recompensa digna deles, que é a de contribuir com a sua parte para a felicidade dos povos a quem ensinarão a sabedoria. Então, somente, ver-se-á o que podem a virtude, a ciência e a autoridade animadas por uma emulação nobre e trabalhando concordes em favor em favor da felicidade do gênero humano. Mas, enquanto o poder estiver sozinho de um lado e, de outro, sozinhas as luzes e a sabedoria, os sábios raramente pensarão grandes coisas, os príncipes mais raramente farão belas coisas e os povos continuarão a ser abjetos, corrompidos e infelizes. (ROUSSEAU, 1973, pág.359)

Todavia, no *Segundo Discurso* não há um anúncio de restauração de uma condição feliz do homem, através de determinados meios que poderão alterar as circunstâncias provocadas pelo progresso intelectual, pois primeiramente Rousseau ao falar de uma idéia de circularidade fora pra mostrar o crescimento da desigualdade e não a possibilidade de um retorno ou resgate de um passado, segundo trata-se de saber como se deu a passagem do estado natural para o estado civil. Problema que será apresentado a partir do estudo da natureza humana, as formações de seus povos e suas comparações, semelhanças e diferenças para possíveis prevenções ou previsões, onde a partir de um método genético, mostrará os sucessivos progressos do homem, e que o levaram a uma desigualdade política, apresentando

uma concepção linear da história, de sentido escatológico. Dessa forma, é impossível se voltar no tempo e viver novamente uma Idade de Ouro ou “juventude do mundo”.

Percorrendo o itinerário de sua teoria da história podemos observar o seguinte: que a desigualdade política somente é possível na vida em sociedade, já que no estado natural o homem é auto-suficiente e, portanto, vive só, sem precisar de companhia. Dessa vida solitária e presa ao sentimento de existência imediata, o homem dotado de livre-arbítrio e perfectibilidade passar a viver em grupos e com os entraves da natureza, condição para o aparecimento do trabalho e com ele o amor-próprio, surge então o meu e o teu, pois nasce a propriedade. A propriedade estabelece a diferença entre ricos e pobres, sendo que agora são necessárias leis para garantir as posses. Por fim, as leis se mostram insuficientes, e então surgem os magistrados, que diferenciam fortes e fracos. A sociedade caminha para um ponto onde o poder é despótico, onde os homens voltam a serem iguais novamente. Desse modo, chega-se a um estado natural, contudo diferente essencialmente do original, por ser esse novo estado de natureza produto de um excesso de corrupção.

Enfim, com suas ideias de liberdade Rousseau influencia profundamente o iluminismo e a Revolução Francesa. Graças ao filósofo o direito de liberdade é visto como inalienável e fundamental à própria natureza espiritual do homem. A sociedade da época está cheia de desigualdade e injustiça. Ou seja, é aquela que torna o homem um tirano ou um escravo. Os ideais iluministas almejam criar uma sociedade onde, segundo Jean-Jacques, cada um unindo-se a todos, obedeça apenas a si mesmo, e assim permaneça livre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSIRER, Ernst. A questão Jean-Jacques Rousseau. Tradução de Erlon José Pachcoal. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FAÇANHA, Luciano da Silva. *Para Ler Rousseau: uma interpretação de sua narrativa confessional, por um leitor da posteridade*. São Paulo: El – Edições Inteligentes, 2006.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MODIN, Batista. *Curso de Filosofia*. Tradução: Benômi Lemos, revisão: João Bosco de Lavor Medeiros, São Paulo: Paulus, 1981.

REALE, Giovanna. História da Filosofia Moderna. Do humanismo à Kant. São Paulo: Paulus, 1991.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os pensadores. – 1ª ed. - São Paulo: Abril, 1973.

\_\_\_\_\_. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. Tradução: Lourdes Santos Machado. Os pensadores. – 1ª ed. - São Paulo: Abril, 1973.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou Da Educação*/ J.- J. Rousseau; tradução: Roberto Leal Ferreira. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004. – (Paidéia)

SOUSA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*/ Maria das Graças de Sousa. – São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau*/ Jean Starobinski; tradução: Maria Lúcia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

